

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	49
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.626.077	1.628.226
1.01	Ativo Circulante	136.873	124.637
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.525	18.541
1.01.03	Contas a Receber	52.611	48.815
1.01.03.01	Clientes	52.611	48.663
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	152
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.573	4.009
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.573	4.009
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.316	1.335
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42.848	51.937
1.01.08.03	Outros	42.848	51.937
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	42.794	51.937
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	54	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.489.204	1.503.589
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.097	26.066
1.02.01.07	Tributos Diferidos	9.643	13.023
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	11.725	12.993
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	729	50
1.02.01.10.03	Outros Ativos	375	50
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	354	0
1.02.03	Imobilizado	1.456.694	1.466.459
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.414.974	1.457.944
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	41.720	8.515
1.02.04	Intangível	10.413	11.064
1.02.04.01	Intangíveis	10.413	11.064

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.626.077	1.628.226
2.01	Passivo Circulante	136.696	123.644
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	55	56
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	55	56
2.01.02	Fornecedores	8.876	32.852
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.876	32.852
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.669	3.131
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.077	540
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	341	0
2.01.03.01.02	INSS	125	107
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	1.549	402
2.01.03.01.04	Outros	62	31
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.431	2.431
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	161	160
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	54.614	49.150
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.852	46.854
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.852	46.854
2.01.04.02	Debêntures	7.762	2.296
2.01.05	Outras Obrigações	7.785	2.609
2.01.05.02	Outros	7.785	2.609
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7.785	2.609
2.01.06	Provisões	60.697	35.846
2.01.06.02	Outras Provisões	60.697	35.846
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.077	3.780
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.520	1.416
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	53.281	27.391
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	4.350	3.156
2.01.06.02.07	Credores diversos	469	103
2.02	Passivo Não Circulante	608.752	662.305
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	593.658	632.548
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	314.700	357.869
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	314.700	357.869
2.02.01.02	Debêntures	278.958	274.679
2.02.02	Outras Obrigações	0	16.000
2.02.02.02	Outros	0	16.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	16.000
2.02.04	Provisões	15.094	13.757
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.109	1.296
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.109	1.253
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	43
2.02.04.02	Outras Provisões	13.985	12.461
2.03	Patrimônio Líquido	880.629	842.277
2.03.01	Capital Social Realizado	807.081	791.081
2.03.04	Reservas de Lucros	73.548	51.196
2.03.04.01	Reserva Legal	5.445	4.069
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	59.767	44.242

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	8.336	2.885

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	205.790	192.982
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.261	-114.733
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-18.931	-19.428
3.02.02	Outros custos operacionais	-11.853	-7.487
3.02.03	Depreciação e amortização	-37.372	-37.216
3.02.04	Uso do bem público - UBP	-375	-375
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-34.994	-45.474
3.02.06	Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	-6.736	-4.753
3.03	Resultado Bruto	95.529	78.249
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.521	-3.265
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.521	-3.288
3.04.02.06	Gerais e administrativas	-2.431	-3.167
3.04.02.07	Pessoal	-90	-121
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	93.008	74.984
3.06	Resultado Financeiro	-59.870	-57.691
3.06.01	Receitas Financeiras	3.920	4.859
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.790	-62.550
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.138	17.293
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.610	-3.278
3.08.01	Corrente	-2.230	-1.422
3.08.02	Diferido	-3.380	-1.856
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.528	14.015
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.528	14.015
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03400	0,01800

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	27.528	14.015
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.528	14.015

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	101.947	100.174
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	131.780	115.069
6.01.01.01	Lucro/prejuízo do período	27.528	14.015
6.01.01.02	Depreciação e amortização	38.143	37.987
6.01.01.03	Impostos diferidos	3.380	1.856
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	88	1.295
6.01.01.05	Encargos de dívidas	58.713	59.307
6.01.01.06	Outras variações monetárias líquidas	3.284	2.378
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-4	-22
6.01.01.08	Atualização monetária - Impostos a recuperar	-128	-60
6.01.01.09	Receita de aplicações financeiras	-2.722	-4.375
6.01.01.10	Impostos correntes	2.230	1.422
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	1.268	1.266
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.730	-13.473
6.01.02.01	Impostos a compensar	3.238	-827
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	19	-27
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-40	-108
6.01.02.05	Fornecedores	-23.974	23.759
6.01.02.06	Salários e obrigações	-1	0
6.01.02.07	Contribuições e impostos a recolher	1.197	-788
6.01.02.09	Contas a receber de clientes	-3.948	-27.359
6.01.02.10	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.342	916
6.01.02.12	Provisão para compensação ambiental	-2.668	-5.978
6.01.02.13	Contingências	-187	-295
6.01.02.14	Outros passivos circulantes	-1.092	-2.123
6.01.02.16	Provisão para constituição de ativos	-947	-593
6.01.02.17	Outros Ativos não circulantes	-669	-50
6.01.03	Outros	-2.103	-1.422
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-2.103	-1.422
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.176	-19.042
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-27.249	-21.474
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-1.229	-1.548
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	38.654	3.980
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-92.139	-72.249
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	16.000
6.03.03	Empréstimos tomados	1.002	471
6.03.04	Amortização principal e pagamento de juros de financiamento e debêntures	-93.141	-88.720
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.984	8.883
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.541	9.658
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.525	18.541

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	791.081	0	51.196	0	0	842.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	791.081	0	51.196	0	0	842.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.000	0	0	-5.176	0	10.824
5.04.01	Aumentos de Capital	16.000	0	0	0	0	16.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.176	0	-5.176
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.528	0	27.528
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.528	0	27.528
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.352	-22.352	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	1.376	-1.376	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	5.451	-5.451	0	0
5.06.06	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	15.525	-15.525	0	0
5.07	Saldos Finais	807.081	0	73.548	0	0	880.629

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.252	0	0	-2.609	0	4.643
5.04.01	Aumentos de Capital	7.252	0	0	0	0	7.252
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.609	0	-2.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.015	0	14.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.015	0	14.015
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16.177	16.177	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	700	-700	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	2.885	-2.885	0	0
5.06.06	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	7.821	-7.821	0	0
5.06.07	Absorção de prejuízos acumulados	0	0	-27.583	27.583	0	0
5.07	Saldos Finais	791.081	0	51.196	0	0	842.277

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	229.613	219.171
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	229.613	214.289
7.01.02	Outras Receitas	0	4.882
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-72.310	-77.776
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.931	-19.428
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.910	-55.005
7.02.04	Outros	-3.469	-3.343
7.03	Valor Adicionado Bruto	157.303	141.395
7.04	Retenções	-38.143	-37.987
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.143	-37.987
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	119.160	103.408
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.920	0
7.06.02	Receitas Financeiras	3.920	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.080	103.408
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.080	103.408
7.08.01	Pessoal	713	883
7.08.01.01	Remuneração Direta	540	658
7.08.01.02	Benefícios	127	140
7.08.01.03	F.G.T.S.	46	85
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.559	25.275
7.08.02.01	Federais	30.559	25.275
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.280	63.235
7.08.03.01	Juros	58.715	59.307
7.08.03.02	Aluguéis	490	685
7.08.03.03	Outras	5.075	3.243
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.528	14.015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.528	14.015

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Relatório da Administração

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) financeiro;
- (ii) de relações com investidores,
- (iii) administrativo, e
- (iv) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Relatório da Administração

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
Receita operacional bruta	229.613	214.289	7,2%
(-) Deduções da receita operacional	(23.823)	(21.307)	11,8%
Receita operacional líquida	205.790	192.982	6,6%
(-) Custos operacionais	(110.261)	(114.733)	-3,9%
Lucro bruto	95.529	78.249	22,1%
(-) Despesas/receitas operacionais	(2.521)	(3.265)	-22,8%
(-) Despesas/receitas financeiras	(59.870)	(57.691)	3,8%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	33.138	17.293	91,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.230)	(1.422)	56,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.380)	(1.856)	82,1%
Lucro do exercício	27.528	14.015	96,4%
Ativo total	1.626.077	1.628.226	-0,1%
Investimentos	1.467.107	1.477.523	-0,7%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 205,7 milhões no exercício de 2018, em comparação aos R\$ 192,9 milhões no exercício de 2017. A variação positiva de 6,6% é principalmente pelo aumento na liquidação da CCEE conforme demonstrado na nota explicativa nº 21 – Receita Operacional Líquida.

Os custos operacionais do exercício de 2018 apresentam variação negativa de 3,9% se comparado com o exercício de 2017, justificada pela redução de compra de energia elétrica. As despesas operacionais do exercício de 2018 apresentam redução de 22,8% quando comparado ao exercício de 2017, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros. Os custos e despesas operacionais, são demonstrados na nota explicativa nº 22 – Custos e Despesas Operacionais.

O resultado financeiro apresenta variação de 3,8% se comparado ao exercício de 2017, justificada principalmente pelo aumento em outras despesas financeiras são demonstrados em nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes estão em linha com o resultado dos exercícios em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017 pelo prazo de até 31 de dezembro de 2026, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

Relatório da Administração

EBITDA

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do período	27.528	14.015
(+) Resultado financeiro	59.870	57.691
(+) Depreciação e amortização	38.143	37.987
(+) IR/CS correntes	2.230	1.422
(+) IR/CS diferidos	3.380	1.856
(=) EBITDA	131.151	112.971

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(54.614)	(49.150)
Não circulante	(593.658)	(632.548)
Dívida total	(648.272)	(681.698)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	81.319	70.478
Dívida líquida	(566.953)	(611.220)
Patrimônio líquido	880.629	842.277
Índice de endividamento líquido	0,64	0,73

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2018 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 07 colaboradores.

Relatório da Administração

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos Programas já realizados:

- Programa de resgate de fauna;
- Programa de resgate de ictiofauna e invertebrados aquáticos;
- Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
- Programa de apoio a projetos esportivos e culturais;
- Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes;
- Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas;
- Programa de monitoramento de vetores e controle da malária;
- Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
- Programa de gestão socioambiental integrada;
- Programa projeto de inventário florestal do canteiro e reservatório;
- Programa de monitoramento sísmológico;
- Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico;
- Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
- Programa apoio ao turismo sustentável de Ferreira Gomes;
- Programa fortalecimento de fornecedores locais;
- Programa apoio aos agricultores familiares e comunidade ribeirinhas;
- Programa apoio a projetos esportivos e culturais;
- Programa caracterização e fomento da atividade pesqueira.

Abaixo destacamos os principais Projetos em andamento:

- Programa de monitoramento da qualidade de água;
- Programa de monitoramento de macrófitas;
- Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna
- Programa de monitoramento de invertebrados aquáticos;
- Programa de monitoramento hidrossedimentológico;
- Programa de recuperação de áreas degradadas;
- Programa de monitoramento meteorológico;
- Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA);
- Programa monitoramento fauna;
- Programa de comunicação social;
- Reforma, ampliação e adequação da unidade mista de saúde do município de Ferreira Gomes.

Relatório da Administração

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 03 (três) anos. Em 05 de maio de 2016, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou aditivo contratual, prorrogando os serviços pelo período de 02 (dois) anos, com término previsto em 31 de dezembro de 2018.

Nesse sentido, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as informações contábeis intermediárias, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações contábeis intermediárias – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018, com a emissão de relatórios de revisão sobre essas informações contábeis intermediárias - ITRs; (ii) Revisão da consistência das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras com aquelas divulgadas no Formulário de Referência; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com a emissão de parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis; (v) Relatório de asseguração limitada independente relativo ao processo de compilação de índices contratuais (covenants).

Em 2018, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital fechado, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, sem previsão atual na legislação de prorrogação.

Os contratos de concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 08 de março de 2019.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo; Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; Nota 11 - Provisão para redução ao valor recuperável: Teste de redução ao valor recuperável de ativos; Nota 17 - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Notas Explicativas

2.1 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nessas demonstrações contábeis.

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivados da adoção estão sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que começaram e concluíram no mesmo exercício de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do exercício mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. Após esta análise a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na Nota 3.7, que não houve impacto significativo nestas demonstrações contábeis

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes, conforme descrito na Nota 3.7 e 21.

CPC 48 / IFRS 9- Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o de perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações contábeis do exercício comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

Notas Explicativas

• Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O pronunciamento simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. A Companhia entrou em operação comercial em 2015, e ainda não possui histórico de perdas. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, nos ambientes ACR, ACL e MCP e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados, considerando as garantias existentes nos contratos de venda de energia e por parte do faturamento ser decorrente de vendas para sua controladora. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;

Notas Explicativas

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Notas Explicativas

A Companhia considera que uma aplicação financeira tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como “mais provável que sim do que não” haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.6 Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2021. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.991/2000, aplica 1% de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D.

Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.7 Receita

Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:

a) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 69% da garantia física, equivalente a 105 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2018 é de R\$ 109,83 MH/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de janeiro de 2015; e

Notas Explicativas

b) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 39,9 MW médio equivalente a 26% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2018 é de R\$ 185,12 MH/h, reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 17 anos contados a partir de janeiro de 2015.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Não haverá impactos relevantes na adoção da norma.

Notas Explicativas

ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23)

O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não haverá impactos da adoção do ICPC 22 na Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	3.856	2.675
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Até 20% do CDI	551	83
Certificados de depósitos bancários	De 88,33 a 100% do CDI	34.114	15.779
		38.525	18.541

As aplicações financeiras de liquidez imediata refere-se aplicação automática vinculada à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional, e possuem liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários				
Aplicação pós fixada	BNDES	De 90% até 97% do CDI	17.780	35.668
Aplicação pós fixada	Debêntures	De 90% até 97% do CDI	25.014	16.269
			42.794	51.937

Este saldo refere-se a garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M, serviço da dívida e, quando necessário, para complementação de ICSD. E, também a garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo.

Em 31 de dezembro 2016 a Companhia detinha, na conta Reserva do BNDES, o valor correspondente a seis vezes o valor da parcela seguinte para que pudesse cumprir uma exigência contratual devido ao não atingimento do ICSD no exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atingiu o índice, desse modo, no exercício de 2018 pode, após autorização do BNDES, resgatar o valor correspondente a três vezes o valor da próxima parcela.

Em 29 de junho de 2018, a Companhia efetuou o depósito de R\$ 9.500 na conta reserva Debêntures de modo a estar adimplente com o cumprimento do Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) do contrato de emissão das debêntures, conforme determina a cláusula Décima primeira, do item XVI, alínea (ii) do referido contrato.

Notas Explicativas

7 Contas a receber de clientes

O saldo em 31 de dezembro de 2018 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de novembro e dezembro, e que serão recebidos em 3 parcelas decendiais a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante			
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		11.864	11.998
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	5.680	19.265
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		35.067	17.400
		52.611	48.663

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	49	68
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.267	1.267
	1.316	1.335
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	11.725	12.993
	11.725	12.993
	13.041	14.328

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

A postergação do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016. O início do pagamento do prêmio será a partir de 1º de abril de 2029 à CCRBT – Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2044 (data de término do suprimento dos CCEARs).

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear do prêmio de seguro do risco hidrológico. O registro inicial consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de Energia comprada para revenda no resultado. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 12.992 segregado entre circulante e não circulante.

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	31/12/2018	31/12/2017
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	1.123	3559
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	136	136
	<u>1.573</u>	<u>4.009</u>

Passivo circulante

<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	341	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15	8
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	125	107
Imposto sobre Serviços - ISS	161	160
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.431	2.431
Programa de Integração Social - PIS	276	71
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.273	331
Outros	47	23
	<u>4.669</u>	<u>3.131</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia, que preveem a realização do IRPJ e CSLL diferidos até 2022. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido será conforme discriminado abaixo:

	Saldo em 2018	2019	2020	2021	2022
Saldo de Prejuízo Fiscal	28.357	22.843	15.838	7.387	-
Estimativa de realização do tributo diferido	9.643	1.875	2.382	2.874	2.512

Veja mapa da movimentação dos tributos diferidos abaixo:

	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2016	Utilização de Tributo Diferido no Exercício de 2017	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2017	Utilização de Tributo Diferido no Exercício de 2018	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2018
b) Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	(43.762)	5.459	(38.303)	9.946	(28.357)
Imposto de renda diferido	10.941	1.365	9.576	2.487	7.089
Contribuição social diferido	3.938	491	3.447	893	2.554
	<u>14.879</u>	<u>1.856</u>	<u>13.023</u>	<u>3.380</u>	<u>9.643</u>

Notas Explicativas

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até exercício findo em 31 de dezembro de 2018 representam substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2018:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência entre contas do Ativo Imobilizado	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Outros	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado em serviço										
Terrenos	-	16.708	-	-	-	16.708	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,11%	808.606	1	-	-	808.607	-	-	(5.017)	803.590
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	-	140.646	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	601.122	886	14	-	602.022	67	-	(873)	601.216
Veículos	8,89%	416	-	-	-	416	-	-	-	416
Móveis e utensílios	6,24%	2.432	14	(14)	-	2.432	-	-	-	2.432
Total do imobilizado em serviço		1.569.930	901	-	-	1.570.831	67	-	(5.890)	1.565.008
(-) Depreciação acumulada										
Reservatórios, barragens e adutoras		(36.391)	(17.038)	-	-	(53.429)	(17.245)	-	326	(70.348)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(7.178)	(3.446)	-	-	(10.624)	(3.446)	-	-	(14.070)
Máquinas e equipamentos		(31.387)	(16.640)	-	-	(48.027)	(16.612)	-	19	(64.620)
Veículos		(278)	(65)	-	-	(343)	(37)	-	-	(380)
Móveis e utensílios		(317)	(147)	-	-	(464)	(152)	-	-	(616)
Total da depreciação acumulada		(75.551)	(37.336)	-	-	(112.887)	(37.492)	-	345	(150.034)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.494.379	(36.435)	-	-	1.457.944	(37.425)	-	(5.545)	1.414.974
Imobilizado em curso										
Reservatórios, barragens e adutoras		-	258	-	-	258	395	-	32.382	33.035
Veículos		329	35	-	(175)	189	-	(62)	(35)	92
Adiantamento a fornecedor		6.221	30	-	(958)	5.293	196	-	-	5.489
Depósitos judiciais		2.592	324	-	(141)	2.775	571	(26)	(216)	3.104
Edificações, obras civis e benfeitorias		21	-	-	(21)	-	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado em curso		9.163	647	-	(1.295)	8.515	1.162	(88)	32.131	41.720
Total do imobilizado		1.503.542	(35.788)	-	(1.295)	1.466.459	(36.263)	(88)	26.586	1.456.694

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/12/2018
Intangível em serviço						
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	11.769	-	11.769
Software	20,08%	732	-	732	-	732
Outros intangíveis	13,40%	963	-	963	-	963
Total intangível em serviço		13.464	-	13.464	-	13.464
(-) Amortização acumulada						
Uso do bem público		(812)	(375)	(1.187)	(375)	(1.562)
Software		(302)	(147)	(449)	(147)	(596)
Outros intangíveis		(635)	(129)	(764)	(129)	(893)
Total amortização		(1.749)	(651)	(2.400)	(651)	(3.051)
Total do intangível		11.715	(651)	11.064	(651)	10.413

Em relação ao “Uso do bem público”, conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, montante trazido a valor

Notas Explicativas

presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

13 Fornecedores

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		1.748	1.801
Materiais e serviços		2.113	2.256
Mercado de curto prazo - CCEE		5.015	-
Compra de energia - partes relacionadas	18.1	-	28.795
Total		8.876	32.852

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	31/12/2018			31/12/2017		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	21.355	822	22.177	21.207	1.009	15.423
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	24.705	95	24.800	24.706	136	24.842
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	112	3	115	35	1	36
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	8.340	741	9.081	2.894	721	3.615
(-) custo de captação - a amortizar	-	-	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total			52.953	1.661	54.614	47.283	1.867	49.150
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	242.020	-	242.020	261.565	-	261.565
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	74.114	-	74.114	98.819	-	98.819
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.274	-	1.274	433	-	433
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	289.512	-	289.512	286.552	-	286.552
(-) custo de captação - a amortizar	-	-	(13.262)	-	(13.262)	(14.821)	-	(14.821)
Total			593.658	-	593.658	632.548	-	632.548
Total geral			646.611	1.661	648.272	679.831	1.867	681.698

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de dezembro de 2018 foram liberados R\$ 469.783. O contrato de longo prazo tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma:

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante o ano de 2018, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia.

O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

•Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitado a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

• Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

Notas Explicativas

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para a escritura de debêntures, mediante depósito na conta reserva conforme divulgado na nota explicativa nº 6.

A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante o ano de 2018, decorrentes da emissão de debêntures celebrados pela Companhia.

O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2018
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	283.781	-	24.137	(21.277)	(22.444)	264.197
BNDES - Subcrédito D	123.662	-	2.784	(24.705)	(2.827)	98.914
BNDES - Subcrédito E	469	1.002	79	(92)	(69)	1.389
3º emissão de debêntures	290.167	-	30.153	(2.986)	(18.741)	298.593
(-) custo de captação - a amortizar	(16.381)	-	1.560	-	-	(14.821)
Total	681.698	1.002	58.713	(49.060)	(44.081)	648.272

	31/12/2016	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2017
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	301.809	-	26.942	(21.104)	(23.866)	283.781
BNDES - Subcrédito D	148.392	-	3.405	(24.704)	(3.431)	123.662
BNDES - Subcrédito E	-	471	2	(3)	(1)	469
3º emissão de debêntures	278.380	-	27.398	(1.161)	(14.450)	290.167
(-) custo de captação - a amortizar	(17.941)	-	1.560	-	-	(16.381)
Total	710.640	471	59.307	(46.972)	(41.748)	681.698

- c. Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2020	2021	2022	2023	Após 2024	Total
Principal	79.314	79.186	77.028	53.785	317.607	606.920
(-) custo de captação a amortizar	(1.570)	(1.566)	(1.566)	(1.566)	(6.994)	(13.262)
	<u>77.744</u>	<u>77.620</u>	<u>75.462</u>	<u>52.219</u>	<u>310.613</u>	<u>593.658</u>

Notas Explicativas

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2017	Constituição	Pagamentos	Reversão	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	10.088	-	(37)	(1.470)	8.581
Montagem	13.235	32.382	(574)	(3.753)	41.290
Obras civis	4.068	-	(336)	(322)	3.410
Total	27.391	32.382	(947)	(5.545)	53.281

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação e reconhecidas contabilmente, para as quais ainda não houve desembolso financeiro. Os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma e, conforme a evolução desses eventos, essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, cuja contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

Adicionalmente compõem esses valores provisões que estão sendo discutidas em caráter jurídico conforme comunicação ao mercado feito pela Companhia em 02 de agosto de 2018.

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2017	Pagamentos	31/12/2018
Passivo circulante	3.780	(2.703)	1.077
Passivo não circulante	734	-	734
Total	4.514	(2.703)	1.811

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2018. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

17 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados, tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que se entende terem perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: não existem processos judiciais, ou administrativos que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

Notas Explicativas

(i) Demandas Trabalhistas: 20 processos judiciais de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 1.109.

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2017	Ingressos	Reversões	Pagamentos	31/12/2018
Processos judiciais					
Trabalhista	1.253	1.000	(1.129)	(15)	1.109
Cível	43		(43)	-	-
	1.296	1.000	(1.172)	(15)	1.109

(ii) Demanda Arbitral: atualmente existe 01 procedimento arbitral de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 41.000, com natureza de risco provável de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado:

Procedimento Arbitral - instaurado por fornecedor em face da Ferreira Gomes Energia S.A. Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de Empreitada”.

O montante está registrado na nota explicativa 15.

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2018 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: atualmente existe 01 processo administrativo de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 4.576, com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado:

Processo Administrativo nº 109000001100000354/2017-19, trata-se de cobrança de ICMS pelo Estado do Amapá, referente ao diferencial de alíquota e ICMS por antecipação decorrente de substituição tributária não recolhida.

(ii) Demandas Cíveis: atualmente existem 06 processos judiciais de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 911, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

Ação Civil Pública nº 00013863320168030006 proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. O valor em risco não pode ser estimado.

Notas Explicativas

(iii) Demandas Trabalhistas: atualmente existem 04 processos judiciais de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 1.583, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

(iv) Demandas Ambientais: existem 04 autos de Infração com probabilidade de perda possível, melhor descrito abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.000.

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.000.

(v) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é Parte em 01 processo de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400. Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 6.246.

Notas Explicativas**18 Partes relacionadas****8.1 Transações com partes relacionadas**

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	5.680	19.265
	5.680	19.265
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	-	28.795
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	7.785	2.609
Serviços Tomados - AF Energia S.A	382	-
	8.167	31.404
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A. (a)	-	16.000
	-	16.000
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Receita - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	65.214	82.775
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.	536	4.621
Venda de energia elétrica - Ijuí Energia S.A.	165	178
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.813	920
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	2.813	995
	71.541	89.489
<u>Custo - partes relacionadas</u>		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	5.738	43.163
Serviços Tomados - AF Energia S.A	4.200	-
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	-	36
Reembolso de despesas - AF Energia S.A	-	572
	9.938	43.771

As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimentos S.A.

A Companhia é controlada pela Alupar Investimentos S.A. e a Alupar Investimentos S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

Notas Explicativas

8.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2018
Alpar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direto sobre os Receíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	364.500
Alpar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FGO 0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/12/2018	161.000	4.830
Alpar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	298.593
Alpar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	01/07/2019	3.483	13

8.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 30 de abril de 2018 e em 28 de abril de 2017, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

19 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 791.081.

Em 16 de janeiro de 2018 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 16.000 (mediante subscrição de 16.000 mil novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 791.081 para R\$ 807.081. O órgão competente para aumento de capital é a Assembleia Geral.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 dezembro de 2017 é a seguinte:

Notas Explicativas

	Quantidades de ações	
	31/12/2018	31/12/2017
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	791.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	791.080.529

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	27.528	14.015
Reserva legal	(1.376)	(700)
Reserva para incentivo fiscal	(5.451)	(2.885)
Subtotal	20.701	10.430
Dividendo mínimo obrigatório	(5.176)	(2.609)
Reserva de lucros retidos	(15.525)	(7.821)
Saldo de Lucros dos exercícios	-	-
Dividendo por ação	0,00641882	0,00330924

20 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador		
Lucro do exercício	27.528	14.015
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	806.379.159	788.398.902
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,034	0,018

Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta			
Suprimento de energia - ambiente regulado		101.019	98.068
Suprimento de energia - ambiente livre		10.885	-
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	71.541	89.489
Ajuste positivo CCEE		46.168	26.732
		229.613	214.289
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(3.767)	(3.342)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(17.352)	(15.396)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(2.058)	(1.925)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(646)	(644)
		(23.823)	(21.307)
Receita operacional líquida		205.790	192.982

Notas Explicativas

21 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2018		31/12/2017	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(18.931)	-	(19.428)	-
Compensação financeira	(6.736)	-	(4.753)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(375)	-	(375)	-
	(26.042)	-	(24.556)	-
Custos gerenciáveis				
Doações, contribuições e subvenções	(150)	-	(151)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(29.256)	-	(2.311)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	18.1 (5.738)	-	(43.163)	-
Seguros	(3.438)	-	(2.407)	-
Aluguéis	(176)	(314)	(136)	(549)
Pessoal	(753)	(90)	(923)	(121)
Material	(399)	(4)	(333)	-
Serviços de terceiros	(2.151)	(1.426)	(2.266)	(2.179)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	18.1 (4.200)	-	-	-
Provisão/estorno para contingências	119	-	(785)	-
Outros tributos e taxas	(705)	(291)	(486)	(43)
Outras receitas	-	-	-	23
	(46.847)	(2.125)	(52.961)	(2.869)
Depreciação e Amortização				
	(37.372)	(396)	(37.216)	(396)
	(37.372)	(396)	(37.216)	(396)
Total				
	(110.261)	(2.521)	(114.733)	(3.265)

22 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.649	4.749
Juros s/ faturas a receber em atraso	139	28
Outras receitas financeiras	132	82
	3.920	4.859
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(58.713)	(59.307)
Outras despesas financeiras	(5.077)	(3.243)
	(63.790)	(62.550)
Resultado financeiro		
	(59.870)	(57.691)

Notas Explicativas

23 Imposto de renda e contribuição social

Nota	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	33.138	33.138	17.293	17.293
(-/+ Adições e/ou exclusões	15	(70)	904	904
Base de cálculo IRPJ e CSLL	33.153	33.068	18.197	18.197
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	(9.946)	(9.920)	(5.459)	(5.459)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	23.207	23.148	12.738	12.738
IRPJ (15%)	3.481	-	1.911	-
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	2.297	-	1.250	-
(-) Incentivo Fiscal (SUDAM)	(5.451)	-	(2.885)	-
(-) Doações	(180)	-	-	-
CSLL 9%	-	2.083	-	1.146
Total dos tributos correntes	147	2.083	276	1.146
Tributos diferidos	10 2.487	893	1.365	491
Total do tributos	2.634	2.976	1.640	1.638
Alíquota efetiva	16,93%		18,96%	

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2018		31/12/2017		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	3.860	3.860	2.679	2.679	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	34.665	34.665	15.862	15.862	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	42.794	42.794	51.937	51.937	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	52.611	52.611	48.663	48.663	-	Custo amortizado
Depósitos judiciais	354	354	-	-	-	Custo amortizado
	134.284	134.284	119.141	119.141		
Passivo						
Fornecedores	8.876	8.876	32.852	32.852	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	648.272	624.043	681.698	655.111	-	Custo amortizado
Uso do bem público	14.771	14.771	13.143	13.143	-	Custo amortizado
	671.919	647.690	727.693	701.106		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados;

Notas Explicativas

- Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e
- 3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2018 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	289.512	1,89% 24.542	2,83% 27.447	3,77% 30.352	4,71% 33.257	5,66% 36.163
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	242.020	3,49% 14.308	5,24% 18.630	6,98% 22.953	8,73% 27.275	10,47% 31.597
BNDES subcrédito E	TJLP	0,00%	1.274	44	67	89	111	133

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrônico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Notas Explicativas

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	8.876	-	-	-	-	8.876
Provisão para constituição de ativos	-	53.281	-	-	-	53.281
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.154	81.542	102.929	323.532	493.436	1.019.592
Total	27.030	134.823	102.929	323.532	493.436	1.081.749

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Notas Explicativas

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(54.614)	(49.150)
Não circulante	(593.658)	(632.548)
Dívida total	(648.272)	(681.698)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	81.319	70.478
Dívida líquida	(566.953)	(611.220)
Patrimônio líquido	880.629	842.277
Índice de endividamento líquido	0,64	0,73

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 128 e R\$ 140 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2018.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	2.897	18/06/2020
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	691	18/06/2020
Seguro garantia judicial	1.943	45	04/01/2022
Total	2.075.213	3.633	

27 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

Notas Explicativas

28 Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu um valor de R\$ 800 referente ao subcredito “E” do contrato de financiamento junto ao BNDES nº 12.213.901/424.

* * *

Contadora
Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui R\$ 1.456.694 mil referente a ativo imobilizado apresentado nas demonstrações contábeis. Conforme mencionado nas notas explicativas 3.2 e 11, a Companhia avalia periodicamente se existe indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, baseado em determinadas premissas.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer para as demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Analisamos a avaliação da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação aos seus ativos, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho dos ativos no exercício e reuniões com a diretoria operacional da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia, especialmente às relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação, aumento de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a Companhia, avaliando, também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características do negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos do ativo imobilizado são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a diretoria da Companhia declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consider

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a diretoria da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP160482/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis

São Paulo, 08 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 08 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico